

**Ata da sessão ordinária realizada
dia 27 de Novembro de 2019**

Aos **vinte e sete dias** do **mês de novembro**, do ano dois mil e dezanove, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em sessão **ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, como 1.º secretário e **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 2.ª secretária, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: Luís Carlos Piedade Martins, Alexandre Guerreiro Figueiredo, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, Marília da Conceição Guerreiro, António Manuel Horta Fontinha, Mário José Soares da Silva, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, a secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro. -----

Eleitos pelo PSD: José Romba Guerreiro, Ana Isabel Teixeira Guerreiro, Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco e Fábio Miguel Baptista. -----

Faltaram à sessão os deputados Cláudio José Balbina Viseu (PS), o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS), Jorge Francisco Marque (PSD), Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD) e Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pelos deputados suplentes Mário José Soares da Silva (PS), pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD), Fábio Miguel Baptista (PSD), Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco (PSD), respetivamente. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS) e os Senhores Vereadores, João de Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuela Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). -----

Faltou à sessão a Senhora Vice-Presidente, Lucinda Maria Marques Jorge (PS).

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

A.1.- Intervenção dos Múncipes -----

A.2.- Esclarecimentos -----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

B.2 - Votação da ata n.º 12, de 27 de setembro de 2019 (quadriênio 2017/2021); -----

B.3 - Leitura de expediente; -----

B.4 - Intervenções. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2020; -----

C.2 - Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal para vigorar no ano de 2020; -----

C.3 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta referente à assunção de compromissos plurianuais — delegação de competências na Câmara, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho; -----

C.4 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Empreendedorismo; -----

C.5 - Conhecimento sobre a Atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar no ano económico de 2020; -----

C.6 - Conhecimento do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a informação financeira do município reportada a 30 de junho de 2019; -----

C.7 - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

C.8 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

C.9 - Aprovação da ata em minuta. -----

ADITAMENTO À ORDEM DO DIA -----

C.10 - Apreciação e deliberação da proposta do Senhor Presidente da Câmara relativa à nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas do Município.

Previamente ao início da sessão, o **Presidente da Assembleia** proferiu o seguinte: ----
Iremos, provavelmente, dar início à última sessão deste ano civil, mas antes gostaria de deixar duas notas: -----

Primeiro informar que em princípio, se não houver nenhum contratempo, a próxima sessão da Assembleia Municipal, isto é, a primeira sessão de 2020, será realizada numa das Freguesias a designar. Finalmente foi adquirido o equipamento para esse fim, pois como sabem tem de ser um equipamento apropriado para se poder gravar as sessões adequadamente. -----

Em segundo lugar, solicitar aos Senhores Deputados Municipais que autorizem a comutação dos pontos da ordem do dia, isto é, que o ponto do aditamento passe a ser o Ponto C.5 em vez do C.10 e todos os outros pontos, a partir daí, subam na sua numeração, para que possamos agrupar todos os pontos que irão merecer apreciação e deliberação por parte desta Assembleia. -----

Quero ainda informar os Senhores Deputados que este aditamento se deve ao facto da matéria em referência, por lapso, não ter sido apresentada atempadamente em reunião de Câmara, pelo que só posteriormente foi a reunião de executivo e enviada sob a forma de aditamento a este plenário e, que como é do conhecimento dos senhores deputados, são admitidos nos termos do Regimento. -----

A Assembleia em nada obsteu. -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, que não foi utilizado. --

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS: -----

AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA: -----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram cinco ausências para esta sessão. -----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Cláudio José Balbina Viseu (PS), o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS), Jorge Francisco Marque (PSD), Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD) e Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), quem os aceitou substituir, durante esta sessão, foram os deputados suplentes Mário José Soares da Silva (PS), pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD), Fábio Miguel Baptista (PSD), Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco (PSD), respetivamente. -----

Mais informou que a substituição de todos os deputados se fez ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou. -----

RENÚNCIAS DE MANDATO. -----

O **Presidente da Assembleia** comunicou que pediram renúncia de mandato, **por razões do foro profissional**, os deputados, **BRUNO MIGUEL FERNANDES MARTINS e SUSANA ISABEL DIAS PALMA** posicionados no quinto e sexto, lugares da lista dos membros efetivos do Partido Social Democrata (PSD), nos termos do artigo 15.º do Regimento desta Assembleia. -----

Esclareceu o **Presidente da Assembleia** que se trata de uma situação extraordinária, isto é, estes dois membros são efetivos nas listas do Partido Social Democrata, posicionados em 5.º e 6.º lugar, respetivamente, mas que não estão em efetividade de funções como deputados nesta Assembleia. -----

Porém, para cumprimento da lei, sempre que é necessário convocá-los para substituir um dos membros efetivos em funções, torna-se muito difícil proceder às referidas substituições, sendo que deste modo poder-se-á avançar na lista e tornar o processo mais célere e eficaz. -----

Face ao exposto, recordou que estes membros não serão substituídos por ninguém. -

A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou. -----

B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 12, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019 (QUADRIÉNIO 2017/2021): -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 12 da sessão ordinária de 27 de setembro de 2019 (quadriénio de 2017-2021). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi, previamente, lida pelos membros e, submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Ata n.º 12 da sessão ordinária de 27 de setembro de 2019 (2017/2021)**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por **unanimidade dos presentes**, com **15 votos a favor** (PS/PSD), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Luís Carlos Piedade Martins (PS), António Manuel Horta Fontinha (PS), Marília da Conceição Guerreiro (PS), a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), Fábio Miguel Baptista (PSD),

Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco (PSD), não participaram na aprovação da ata. -----

B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE; -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** informou que recebeu duas comunicações do Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota, para dar conhecimento à Assembleia Municipal, que passará a ler: -----

“Sendo que herdei um terreno de meus pais, há cerca de dois anos após o falecimento da minha mãe, e sendo que nesse terreno sempre foram exploradas as potencialidades do mesmo no que respeita a uma agricultura e pecuária sustentável, que servia de sustento à minha mãe, e tendo em conta que não quero perder os investimentos feitos durante uma vida, por uma família honesta que sempre viveu com base nos seus recursos agrícolas, decidi manter esta atividade de exploração Agropecuária, adaptando a mesma às novas realidades e às novas exigências legais e sanitárias. -----

Tendo dúvidas sobre se este tipo de atividade, extracamarária, poderia ou não conflitar com a atividade de Presidente de Câmara, decidi solicitar parecer aos serviços da DAF desta Câmara bem como à CCDR Évora, de modo a clarificar se estava a agir dentro da legalidade.

Assim, verifiquei pelo teor dos dois pareceres, que ao coletar-me nas finanças para a atividade a que me propunha, esta não conflita em nada com a atividade que exerço por via da eleição ao cargo que desempenho. -----

Veio a CCDR informar que o procedimento correto seria informar em reunião de câmara, algo que fiz em 20/11/2019 conforme ATA, que deveria posteriormente informar em A.M., o que estou a fazer, e que deveria informar o Tribunal Constitucional, assunto que será feito de seguida após este vosso conhecimento. -----

Por fim, e para esclarecimento, junto copia dos Pareceres e restante documentação para que conste da minha ficha individual. -----

Mais informo e declaro que em nenhum tipo de ação, este negócio implica, colide ou prejudica a minha responsabilidade de autarca. Por fim, e após a legalização da exploração, ainda que muitíssimo pequena, está agora em curso o processo de licenciamento de construção de estrutura de abrigo que existe no terreno e sobre a qual exerci melhorias recentemente e pretendo melhorar ainda mais.”-----

“No seguimento da minha informação na ATA N.º 17, da Câmara Municipal, onde consta a minha informação de lapso no uso do número da Câmara Municipal para fins políticos, portanto, não compatíveis com o uso expectável desse número, e onde declarei ao executivo um pedido de desculpas pelo lapso e me comprometi em liquidar a importância referente ao envio de mensagens fora do âmbito municipal; -----

E ainda no seguimento de uma outra informação na última reunião de Assembleia Municipal, que consta da ATA N.º 12 da A.M., onde os membros eleitos pelo PSD utilizaram esse tópico para discussão política, e onde houve da minha parte, novamente, a confirmação que estávamos a apurar os valores em causa para os liquidar à tesouraria do município; -----

Assim, e tendo em conta esse meu compromisso bem como o facto de que já foram apurados os valores referentes ao custo das mensagens utilizadas, extra plafond, venho por

esta via indicar que liquidei em 20/11/2019 o valor de 59,42 (cinquenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos) na tesouraria desta Câmara para pagamento integral dos valores consumidos. -----

Fica assim, da minha parte, esclarecido e resolvido este assunto.” -----

Após a leitura dos documentos em apreço, o **Presidente da Assembleia** informou os senhores deputados que estes documentos estão assinados e trazem em anexo toda a correspondência entretanto trocada com a Senhora Chefe da DAF, com a CCDD Évora, as respetivas respostas e se os Senhores Deputados quiserem podem consultar o processo, que ficará à disposição. -----

B.4 - INTERVENÇÕES. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os deputados Pedro Franco, Fábio Batista, Luís Martins, José Guerreiro, Fernanda Guerreiro, António Amaro e Ana Barão. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Pedro Franco**, que começou por dizer que mais uma vez se encontra aqui hoje a falar para uma ilustre mas muito restrita audiência e só por esta introdução o Sr. Presidente já sabe do que vai falar. -----

Vai falar sobre a questão da descentralização da Assembleia Municipal e da transmissão em direto das sessões. -----

Congratula-se por finalmente ter agendado a próxima sessão da Assembleia já em moldes um bocadinho diferentes, mais descentralizados, mas relembra que este assunto foi tratado há mais de um ano, foi votado por unanimidade precisamente dia 28 de junho de 2018, isto significa que demoramos quase um ano e meio a atingir, e ainda não atingimos, estes objetivos. -----

Durante este ano e meio a bancada do PSD questionou várias vezes o Senhor Presidente da Assembleia, que nos disse que estava a arranjar orçamentos, que não tinha tempo por motivos profissionais e houve uma vez que até se congratulou por a Assembleia não estar a ser exibida porque achava que não eram dignos os conteúdos que a mesma tinha, se bem que a bancada do PSD em nada se envergonha do que fala aqui, quer é que as coisas sejam transparentes e que toda a população de Almodôvar esteja ciente do que se passa aqui. -----

Para conseguir este apoio técnico pensa que o esforço não é assim tão grande, estamos a falar de uma Câmara que monta várias festas por ano, tem várias atividades por ano, tem congressos, tem tertúlias, tem um conjunto de atividades que utiliza tantas vezes estes recursos que não se compreende como é possível demorar este tempo todo. Compreende perfeitamente as questões de vida pessoal e de vida profissional que muitas vezes se incompatibilizam com os esforços que querem realizar no âmbito dos deveres políticos, mas se esses são impeditivos e se esses trazem para a Assembleia atrasos de um ano e meio, aí deve-se considerar se estamos a ser dignos representantes dos eleitores que nos elegeram para este cargo ou se devíamos colocar o nosso lugar à disposição. -----

Assim, mais uma vez, gostaria de saber qual a explicação para este ano e meio de ausência de resposta e também saber mais pormenores relativamente à próxima Assembleia Municipal, nomeadamente, se tal como votado pelas duas bancadas irá ter os vários mecanismos como a transmissão das reuniões em direto, a apresentação de proposta do website e a criação de um Grupo de trabalho para implementação destas propostas. -----

O **Presidente da Assembleia**, em resposta, referiu que tal como já teve ocasião de dizer anteriormente não era nada que achassem que tivesse urgência. Disse que iríamos fazê-lo, e vai ser feito, e mais vale tarde do que nunca. Além disso, congratulou-se na altura por ter sido por unanimidade, mas foi uma recomendação. E como recomendação será entendida como tal, estamos a pensar fazê-lo quando acharmos que o devemos fazer e tivermos condições para o fazer. -----

Neste momento temos condições para fazer as sessões descentralizadas e vamos fazê-lo já na próxima sessão, se não houver nada contra.-----

Quanto às transmissões em direto veremos. Como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal assume a responsabilidade do que lhe for imputado, não concordando com o teor dos argumentos que apresentou. Respeita os seus argumentos e aceita, mas não concorda com eles.-----

Repetiu que tratou-se de uma recomendação, que é para ser ou não ser seguida, no entanto irão fazê-lo quando entenderem que têm condições totais para tal.-----

De seguida foi dada a palavra ao **deputado Fábio Batista**, que começou por dizer que em relação aos últimos acontecimentos amplamente falados e comentados em toda a sociedade Almodovarense e órgãos de comunicação social, e que envolveram uma Técnica do Gabinete de Ação Social da nossa Câmara Municipal, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata nesta Assembleia, em sintonia com o que já foi defendido pelo Vereador António Sebastião em reunião de Câmara, quer deixar bem clara a sua posição sobre esta matéria. -----

Em primeiro lugar lamentar que mais uma vez o nosso concelho tenha sido notícia na comunicação social nacional por motivos tão negativos. -----

Em segundo lugar e tendo em atenção os factos que têm sido relatados não têm qualquer espécie de dúvida sobre as medidas que deveriam ter sido tomadas de imediato pelo Senhor Presidente. A abertura imediata de um inquérito sobre os acontecimentos e a suspensão na mesma altura, da atividade da funcionária em causa com a ausência do respetivo serviço. -----

Recordam que o Senhor Presidente enquanto responsável pelos Recursos Humanos da Câmara é o garante do bom nome do município, da transparência, da sua atividade e da confiança que os munícipes devem ter no funcionamento dos seus serviços.-----

Não se compreende que após a suspensão da sua atividade a funcionária tenha ido de férias. Também não se compreende que este assunto tenha sido tratado nas redes sociais pelo Senhor Presidente, não esclarecendo a posição da funcionária face à sua suspensão. -----

Porque não referiu o facto de ter autorizado as férias da funcionária e parecendo querer justificar as suas medidas. Nestas circunstâncias e a provar o que tem sido dito são de enorme gravidade, o que importa é agir com rapidez e sem tibiezas na defesa do bom nome do município e não deixando que qualquer atitude condenável cometida seja por quem for possa manchar a ação e minar a confiança que uma entidade como a Câmara Municipal deve merecer de todos os seus munícipes.-----

Na defesa ainda dos funcionários desta autarquia recordam que o Senhor Presidente na comunicação social se tem referido ao Gabinete de Ação Social, às Técnicas, e alertam para as consequências que isso possa ter quando generaliza uma situação grave como esta que deveria ter sido completamente isolada e personalizada na Técnica em questão, não nas Técnicas, pois consideram que as suas declarações, aos olhos do público em geral, ampliou a ação em causa, por favor pedem que tenha mais cuidado neste sentido. -----

Reiteram que vão acompanhar com toda a atenção o desenrolar destes acontecimentos pela sua gravidade e por terem, justificadas reservas sobre a imparcialidade do Senhor Presidente no tratamento destas matérias.-----

Recordam o que ninguém esquece que em ocorrência também grave e até provada por sentença de tribunal acontecida entre funcionários numa situação de roubo em hora de serviço e no recinto da autarquia, a sua posição foi a de não extrair consequências, branquear essa situação e tomar medidas exatamente no sentido contrário àquilo que deveria ter tomado. Mais este funcionário foi inclusive premiado por V.Ex.^a ao ser nomeado para o seu Gabinete de Apoio. -----

São atitudes dessas que minam a confiança nas nossas instituições. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Luís Martins** que referiu o seguinte:-----

Hoje é dia 27 de novembro comemora-se o 5.º aniversário de elevação do Cante Alentejano a Património Imaterial da Humanidade e como tal o Cante Alentejano, os seus cantadores, as suas cantadeiras, o Alentejo e as suas gentes estão todos eles de parabéns. Aproveita esta feliz coincidência da sessão da Assembleia Municipal se realizar em tão simbólico dia para em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista saudar todos os cantadores e todas as cantadeiras que dão vida aos grupos corais do concelho de Almodôvar. Citando o poeta alentejano, o seu saudoso professor Vítor Encarnação “*o cante é uma partilha, um enlace, uma confissão em grupo, nada nele é solitário, ninguém vive e ninguém morre sozinho, é por isso que os homens e as mulheres do Alentejo se juntam para cantar*” é a estes homens e a estas mulheres das mais diversas idades que tantas vezes abdicando dos seus compromissos pessoais continuam a manter viva esta expressão cultural na nossa comunidade, a levá-la um pouco por todo o país contribuindo assim para a preservação e salvaguarda deste importante património ao mesmo tempo que contribuem para a divulgação e promoção do nosso território que queremos hoje neste dia deixar uma palavra de agradecimento e reconhecimento pelo contributo que prestam ao nosso concelho. -----

Noutro âmbito gostaria de abordar um tema que tivemos de atividade municipal que tem a ver com a disponibilização de hotspots para acesso gratuito à internet em vários pontos da vila de Almodôvar. No âmbito de uma candidatura ao programa europeu “WiFi4EU”, iniciativa que tem como objetivo proporcionar acesso à internet de alta qualidade a residentes e visitantes nos principais centros da vida, da comunidade local como Parques, Praças, Bibliotecas ou edifícios públicos, o Município de Almodôvar reforçou recentemente a oferta de acesso à internet grátis em diversos edifícios e espaços públicos da vila de Almodôvar. Ao todo são 14 os pontos de acesso WIFI situados respetivamente no edifício da Universidade Sénior, no Mercado Municipal, no Gimnodesportivo, na piscina interior, no Centro Coordenador de Transportes, na Biblioteca Municipal, no Cineteatro Municipal, no Fórum Cultural, na zona das Piscinas exteriores e na Praça da República. -----

Enquanto eleito em representação da Juventude Socialista de Almodôvar nas listas do Partido Socialista e em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se com a implementação desta medida que considera contribuir para democratizar o acesso às novas tecnologias de informação e combater a infoexclusão assim como acrescenta valor aos edifícios e espaços públicos tornando-os mais atrativos para a população local particularmente os jovens mas também para os turistas que nos visitam. -----

Termina apenas deixando um desafio ao Executivo Municipal, que estenda esta iniciativa às várias Freguesias do nosso concelho reforçando assim o seu compromisso com uma política de coesão territorial e de valorização do território como um todo. -

Continuando, foi dada a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que principiou por dizer que na sequência da leitura do relatório de atividades do município ficou com algumas questões que gostava de apresentar, nomeadamente, e começando pela Senhora Vereadora Ana Carmo. -----

“Refere a Sr.ª Vereadora Ana Carmo na sua informação de 4 de novembro que teve uma reunião com empresa no âmbito dos Museus. Que empresa e para que finalidade? -----

Refere na mesma informação que teve uma reunião com o responsável dos Museus. Quem é o responsável dos Museus? Quais as responsabilidades que lhe estão cometidas? Quando é que houve o despacho de nomeação do responsável dos Museus? -----

Sr.ª Vereadora: existe alguma estratégia/programação para os nossos Museus? Constatamos que o nosso Museu da Escrita do Sudoeste, património importantíssimo que temos no nosso território, pela sua enorme valia e pelo seu carácter diferenciador, há muito tempo que não tem qualquer atividade de realce. Abandonámos este património? Não o consideramos importante para a afirmação de Almodôvar e para o seu desenvolvimento? ----

Abandonámos a cooperação que existia com o ensino e a investigação sobre esta temática? -----

E a criação do Museu de Arte Sacra? Também foi abandonado? Nunca mais se falou nisso -----

Considera ou não, Sr.ª Vereadora, a importância da criação de uma rede de Museus em torno do nosso riquíssimo património como um fator importante mesmo na vertente do desenvolvimento social? -----

Agradecemos que nos faça chegar resposta por escrito a estas nossas dúvidas e interrogações. -----

ATA N.º 13 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019
QUADRIÊNIO 2017-2021

Ainda no mesmo âmbito, mas referente ao Sr. Vereador João Pereira, gostaria que respondesse por escrito quais são os novos projetos na área da eficiência energética, iluminação pública e energias renováveis em que está a trabalhar conforme menciona na sua informação de 31 de outubro. -----

Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Grupo Parlamentar do PSD solicita as suas melhores diligências para que junto dos serviços competentes nos sejam remetidos com a maior celeridade possível os cadernos de encargos das seguintes contratações efetuadas pela Câmara:

<i>Contrato n.º 13/2019 -----</i>	<i>AD -----</i>	<i>no valor de 14.500,00</i>
<i>Contrato n.º 15/2019 -----</i>	<i>CPR -----</i>	<i>no valor de 73.622,40</i>
<i>Contrato n.º 32/2019 -----</i>	<i>CPR -----</i>	<i>no valor de 35.200,00</i>
<i>Contrato n.º 39/2019 -----</i>	<i>CPR -----</i>	<i>no valor de 52.100,00</i>
<i>Contrato n.º 40/2019 -----</i>	<i>CPR -----</i>	<i>no valor de 74.593,25</i>
<i>Contrato n.º 54/2019 -----</i>	<i>CPR -----</i>	<i>no valor de 53.900,00</i>
<i>Contrato n.º 68/2019 -----</i>	<i>CPR -----</i>	<i>no valor de 12.000,00</i>
<i>Contrato n.º 69/2019 -----</i>	<i>AD -----</i>	<i>no valor de 27.982,00</i>

Usando da palavra, a **deputada Fernanda Guerreiro** referiu que é com grande prazer e espírito de responsabilidade e segurança que faz sempre qualquer intervenção, mas hoje, esse prazer é redobrado, a sua convicção é ainda maior, pois verifica que é possível viver no concelho de Almodôvar aplicando os valores e princípios de uma sociedade democrática e inclusiva a todas as situações e como não poderia deixar de ser, ao caso específico das pessoas com deficiência e incapacidade, até porque todas as pessoas têm singularidades próprias que as distinguem entre si. -----

E esta é uma área que lhe diz muito, quer em termos pessoais, pela sua sensibilidade, como em termos profissionais pela sua atividade de todos os dias. ----

Na área das acessibilidades embora muito ainda esteja por fazer, a Câmara Municipal tem desenvolvido um excelente trabalho. -----

Hoje verifica-se que muita coisa já está diferente indo ao encontro da questão central que são os direitos humanos, promovendo a igualdade de oportunidades a inclusão e a participação ativa dos deficientes em todos os aspetos da vida em sociedade. -----

Em termos mais concretos, têm sido realizadas ações e trabalho no âmbito das acessibilidades ao nível das infraestruturas e dos serviços públicos, nomeadamente, no acesso físico a museus, biblioteca, monumentos, serviços, escolas, passeios, jardins e outros espaços públicos da vila. -----

As infraestruturas ao nível das acessibilidades são de extrema importância para quem delas necessita mas, para a integração na plenitude das pessoas com deficiências e/ou incapacidades, outros fatores deverão ser conjugados, como é o caso da oportunidade do emprego para estas pessoas. -----

Isto para informar que ao nosso Município foi atribuída a Marca Entidade Empregadora Inclusiva que teve como grande objetivo reconhecer e distinguir publicamente práticas de gestão abertas e inclusivas, relativamente às pessoas com

deficiência e incapacidade, contribuindo desta forma para cumprir uma das prioridades da Estratégia Europeia para a Deficiência 2020, a acessibilidade. -----

Na edição deste ano verificaram-se as candidaturas de 112 entidades, nomeadamente empresas, autarquias e entidades de economia social, das quais 28 foram distinguidas. -----

Almodôvar foi o único Município do Baixo Alentejo a conseguir esta distinção, o que corresponde na prática a um grande trabalho que ao longo do tempo tem sido desenvolvido de forma persistente, concertada e em parceria com outras entidades, envolvendo equipas de trabalho da Câmara, IEPF, CERCICOA, entre outras, dando continuidade a um trabalho que já foi feito ao nível da escola, visando enquadrar as pessoas com deficiência aos vários níveis. -----

Isto para adquirir e desenvolver competências profissionais orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, que de outra forma não teriam a possibilidade de ter um emprego, adquirir autonomia financeira, integração social, sentirem-se úteis e realizados profissionalmente e muito importante contribuir desta forma com o seu trabalho para o crescimento da sua comunidade. -----

Também ao nível familiar estes projetos são relevantes, pois o facto dos seus jovens ou adultos terem um emprego, o agregado familiar usufrui de um rendimento superior, melhorando o seu nível de vida, conseguindo fazer face, muitas vezes, a outros encargos com a saúde a que a sua deficiência ou incapacidade conduz. ----

Não esquecendo também que para a família, ver o seu filho ou um outro parente próximo com um emprego, desenvolver uma atividade que gosta e é produtiva, ser visto pela sociedade com outro olhar, faz esta família crescer emocionalmente, estar mais forte, sentir a vida menos pesada e mais acolhida pela sua comunidade, o que é muito gratificante. -----

Em relação às soluções de empregabilidade também fruto das mais diferentes situações, a autarquia tem encontrado as mais variadas respostas de emprego em várias áreas, em trabalhos específicos, onde as pessoas envolvidas se sentem incluídas, úteis e em casa. -----

Tudo isto é um grande motivo de orgulho para continuar nesta forma de trabalho e de investimento, onde não conta os milhares de euros angariados nos projetos, mas somente o trabalho que se desenvolve em prol do bem-estar do outro, em que têm a verdadeira perceção que o acesso ao mercado de trabalho representa para a pessoa com deficiência e incapacidade uma forma de inclusão na sociedade, abrindo espaços de participação social e de exercício pleno da cidadania. -----

Neste sentido todos devemos ser sensíveis a esta realidade, que pode estar bem perto de nós, todos conhecemos um amigo com alguma deficiência ou incapacidade, um vizinho, um familiar ou quem sabe o dia de amanhã, hoje estamos bem e amanhã algo nos pode acontecer, então este assunto diz respeito a todos nós. ----

Para se caminhar para um Portugal mais inclusivo e acessível é necessário o envolvimento de toda a comunidade. Esta Câmara tem mostrado ser um agente de mudança com potencial para continuar a trabalhar cada vez mais nesta linha rumo a uma sociedade mais justa e coesa. -----

Por tudo isto este reconhecimento representa muito, tem um grande valor e é um grande motivo de orgulho não só para a Câmara, o seu executivo, mas também para todos os Almodovarenses. -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado António Amaro**, que apresentou um voto de congratulação pelo êxito que constituiu este ano a Feira do Cogumelo e do Medronho. -----

A Feira dos passados dias 23 e 24 novembro realizada em São Barnabé teve um sucesso sem precedentes, com milhares de visitantes durante os dois dias de feira que participaram com o claro entusiasmo e gosto nos vários pontos do programa e os felicitaram constantemente pela mesma. -----

Parabéns à Câmara Municipal de Almodôvar, parabéns à Junta de Freguesia de São Barnabé, parabéns à Associação “*A Medronheira*”, um grande obrigado a todos os que estiveram envolvidos na organização pela excelente feira com o programa impar que tivemos este ano. -----

É notável o crescimento desta Feira, que é o fruto de um esforço e empenho de várias pessoas, sobretudo da Câmara de Almodôvar e da Junta de Freguesia de São Barnabé, que se esforçam por renovar o programa ano após ano, conciliando a tradição e modernidade. Pessoalmente está orgulhoso do sucesso desta feira que representa muito para os habitantes da sua Freguesia. -----

Por último foi dada a palavra à **deputada Ana Barão**, que quis elogiar o trabalho deste executivo na área social do município. -----

Referiu que constantemente estamos a ouvir falar dos apoios da Câmara Municipal aos municípios que mais precisam. -----

Constantemente ouvimos falar dos apoios ao associativismo, quer seja financeiro, quer seja logístico. -----

Já estamos no quarto ano consecutivo em que o município de Almodôvar conquista reconhecimento pelo seu trabalho ao nível das famílias, ganhando este ano mais uma vez, a quarta vez, a bandeira de autarquia mais familiarmente responsável.

Este ano também, segundo anúncios da comunicação social, a Câmara de Almodôvar ganhou pela primeira vez, única no Baixo Alentejo, o reconhecimento de Autarquia ou Entidade inclusiva em termos de emprego. -----

Portanto, parece-lhe lógico manifestar aqui o apreço, em nome de todos os membros eleitos nesta Assembleia e que se revejam neste tipo de trabalho e de valores para com a sociedade, para com os que precisam mais e os que precisam menos. Mas com um trabalho para todos. -----

Sabe-se, pelos números oficiais, que a Câmara Municipal de Almodôvar investe cerca de seiscentos mil euros em apoios nos diversos programas da área social do município, desde o apoio à compra de material escolar, até aos programas para jovens, para desempregados de longa duração, para seniores, natalidade, etc. Isto é obra a reconhecer. -----

Estes números também são obras e também devem ser mencionados como orgulho de uma Câmara que se desdobra para chegar a todos os habitantes e os cantos do nosso concelho. -----

Pelo **deputado Pedro Franco** foi solicitada uma nova intervenção, na qual proferiu que gostaria de se solidarizar com as palavras bonitas, são sempre bonitas as palavras do deputado Luís Martins, achando que é uma pessoa que vai ter um grande futuro e espera que represente bem Almodôvar, nas suas próximas andanças políticas. No entanto, há sempre um entanto, a questão do cante é património cultural inigualável, é a nossa banda sonora, das nossas planícies, das nossas serras, e foi muito bem falado, mas mais do que falar do cante há que agir. Lembra ao Senhor Deputado e a todos os presentes que o mandato anterior terminou com o cante nas escolas. Essa não é a maneira indicada para perpetuar uma tradição. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** disse que antes de mais quer mencionar em público que a agenda e os dois livros que foram oferecidos aos senhores deputados foram aprovados em Câmara como apoio para diferentes autores, diferentes tipos de cultura do nosso concelho e fizeram questão de mandar fazer mais, precisamente para que os deputados tenham também essa cópia e considerem em nome do executivo como uma pequena lembrança de natal dada pelos nossos escritores, pelos nossos poetas, pelas nossas pessoas com essa capacidade. -----

Quis também deixar um agradecimento, mencionou-se aqui já hoje as bandeiras que foram ganhas e também a autarquia ser reconhecida como entidade empregadora inclusiva. Tudo isto tem um mérito muito grande da Vereação, especialmente, dentro da área social e um grande mérito de todos os colaboradores do município que vão recebendo e vão colaborando com pessoas que às vezes não estão tão aptas de início a funcionar, mas que são uma mais-valia para a nossa comunidade e nós temos sido também certamente uma mais-valia para estas pessoas, dando-lhes a oportunidade de serem prestáveis, de serem úteis e verem na sua pessoa uma pessoa com condições e capacidade de dar de volta aquilo que nós às vezes não consideramos. -----

Também quis parabenizar a Vereadora da Cultura e Junta de Freguesia de São Barnabé, assim como a Associação “A *Medronheira*”, pelo sucesso organizativo e logístico da Feira de São Barnabé. Só é assim porque São Barnabé merece, só é assim porque os produtos que lá estão são bons, são de qualidade, nada mais é do que aquilo que o povo, a cultura do concelho e a freguesia merecem pelo trabalho feito ao longo de muitos anos na promoção daquela Feira. De facto tem sido promovida não nos meios de comunicação social mais otimizados neste sentido, mas sim de boca a boca com a qualidade e com aquilo que vamos mostrando. -----

Quis também deixar um voto de ânimo por esta comemoração do cante alentejano, dando logo resposta ao deputado Pedro Franco, e dizer-lhe que ainda o ano passado tivemos canto alentejano nas escolas, não tão efusivamente como tínhamos até há pouco tempo mas, de facto, vamos tentando recriar essa parte. Temos tido dificuldades nos músicos, não temos tido pessoas disponíveis para o fazer e para ensinar mal às vezes mais vale não ensinar. São opções, é uma explicação, o senhor deputado saberá entendê-la como achar melhor. -----

A questão que colocou na sua primeira intervenção nada tem a ver consigo, tem a ver com a Assembleia Municipal, deve dizer também que sente “*mea culpa*” por o facto do orçamento e da disponibilidade do material não ter sido tão célere, a Câmara também tem essa culpa e respondendo pela Câmara cá está, mas, de facto, é um assunto diretamente respondido e o Sr. Presidente da Assembleia não precisa que o defendam sabe perfeitamente defender-se. -----

Senhor deputado Fábio Batista abordou um assunto que é muito sensível para todos nós. Colegas de trabalho, da pessoa em causa, no Gabinete de Ação Social, Executivo, Chefias, vocês também que representam dinamicamente a imagem do município todos os dias porque vem cá defender a política, as ações, aquilo que se fez, que se vai fazer no nosso município e garante-lhe que nenhum de nós queria ter esta situação, não é benéfica para todos. -----

Acrescentou que o senhor deputado Fábio fez algumas comparações e, naturalmente tem de discordar, porque quando compara uma situação que aconteceu em dezembro de 2012, um eventual roubo na Câmara e não menciona que nessa data nada foi feito internamente dentro da Câmara, com o conhecimento do Executivo em funções, fica um pouco perplexo como é que acusa agora este executivo que fez mal, quando está a atuar. -----

Fez aquilo que tinha que fazer, fez aquilo que compete ao Presidente da Câmara que é o poder disciplinar, foi mandar apurar de imediato os factos, suspender a atividade dessa colaboradora e apurar factos para ver se há matéria para um processo disciplinar e subseqüente ações. -----

Diz-lhe que não recebeu diretamente nenhuma queixa sobre o assunto, agiu coagido de certa maneira pelos boatos, a pessoa veio cá reclamar mas não diretamente nem com queixa, a pessoa supostamente lesada não fez qualquer tipo de queixa connosco, não sabe se o fez no Ministério Público e, tal como disse na televisão, na entrevista que deu de 15 minutos, onde apuraram 3 ou 4 segundos de uma frase menos feliz que teve, de facto reconhece, onde dizia que defende todos os colaboradores da Câmara e confia em todos sem exceção. -----

O facto é que defende todos os colaboradores com o mesmo entusiasmo e quando defendeu no plural a Ação Social, é que de facto a Ação Social movimentou mais de 600 mil euros em apoios sociais por ano, 600 mil euros é muito dinheiro portanto são pessoas de confiança. Agora diz-lhe mais sobre esse assunto. Se aconteceu alguma coisa nós não somos Ministério Público dentro da Câmara para tornar a pessoa culpada de imediato, temos que deixar isso a quem percebe do assunto, a quem tem competências, mas se aconteceu, aconteceu quando a colaboradora nem sequer estava ao serviço, estava em licença de maternidade, aconteceu fora do âmbito da Câmara. Claro que percebe que a pessoa em causa tem uma imagem ligada à Câmara em cada passo que dá, é normal, e tem acesso a informação e a pessoas e a casa de pessoas que certamente não teria de outra forma. Mas eu não podia, enquanto Presidente de Câmara, fazer nada mais em termos legais do que aquilo que fez, suspendeu de imediato a atividade da colaboradora no município. Se ela tinha férias para gozar gozou ao livre critério dela,

se ainda não veio trabalhar terá uma justificação médica para não o fazer, porque as férias pensa que já terminaram. Da parte do município nada mais podemos fazer do que apurar a verdade e a verdade está a ser apurada num processo de inquérito que abriu no próprio dia com alguém responsável como gestor de inquérito, para apurar se existem mais factos que possam ser imputados e a partir daí abrir um processo disciplinar. -----

A comparação que o senhor membro da Assembleia fez em relação a um colaborador da autarquia onde não agiu, está completamente fora de data, porque isso aconteceu em dezembro de 2012 e nós tomamos posse em outubro de 2013. Se podia ter feito alguma coisa a seguir quando o Tribunal decidiu que era culpado, se calhar podia, mas a ação tinha sido feita há um ano atrás. Acha que não lhe competia a si, mas sim, eventualmente, ao executivo em funções fazer esse tipo de trabalho. Se não o fez não percebe porquê, não sabe se não teve conhecimento, não percebe, agora, não tinha que responder perante essa situação quando isso aconteceu em novembro, dezembro, não sei precisar a data, mas só sabe que quando chegaram à Câmara já o processo estava decidido em Tribunal. Portanto já havia algum tempo, porque os Tribunais infelizmente levam algum tempo. Mas para finalizar essa informação, fez só um pequeno apanhado de alguns processos que tiveram uma lógica diferente nesse período.-----

Em 2009 foi aberto um processo de inquérito sobre um telemóvel supostamente roubado na ETA da rabaça.-----

Em 2011 foi aberto um processo de inquérito interno sobre abate ilegal de sobreiros no parque das merendas.-----

Em 2014 foi aberto um processo de inquérito sobre uma tentativa de agressão entre dois colaboradores.-----

Em 2015 foi aberto um processo de inquérito a um colaborador sobre o excesso de velocidade com crianças a bordo numa carrinha de transporte.-----

Todos estes processos tiveram o mesmo procedimento que este teve com a referida colaboradora em 2019.-----

Depois foram processos disciplinares abertos: um em 2009 como consequência do processo de inquérito do suposto telemóvel roubado na rabaça, outro que aconteceu uma agressão física entre dois colaboradores na Feira da Memória em 2011, houve outro processo sobre violação de assiduidade a um outro colaborador em 2012, houve também uma violação de dever e dever cívico e respeito a colaboradores e por chefias a um outro colaborador, em 2012 houve também um processo de violação de deveres a outro colaborador e em 2018 houve um processo também aberto a uma colaboradora para despedimento por falta de assiduidade.-----

Todos estes processos tiveram mais ou menos o mesmo procedimento, assim como este teve em 2019 com essa colaboradora, com o conhecimento dos factos que tínhamos. Portanto é um bocadinho inglório e um bocadinho injusto da parte dos Senhores Deputados virem querer fazer uma chacina política ao Presidente da Câmara, quando o poder disciplinar do Presidente da Câmara não é nada mais do que isto, do que era antes Presidente da Câmara, do que é agora Presidente da

Câmara. O poder disciplinar mantém-se, é o único que nós temos, nós não temos mais poder nenhum sobre os nossos colaboradores, comportam-se mal ou há uma queixa nós acionamos a metodologia que temos, que é um processo de inquérito e foi o que fez. -----

Sobre as redes Sociais tem por hábito, para ser mais claro, mais rápido e moderno utilizar as redes sociais como forma de comunicação e fá-lo com muita regularidade, porque acha que é o meio mais moderno, mais rápido, mais eficiente onde se engloba mais pessoas para terem conhecimento das situações. Fá-lo por obras, por festas, por eventos, por ações, raramente o faz com queixas ou lamúrias, porque acha que não é o seu papel enquanto Presidente de Câmara e é facilmente confundido no papel de pessoa privada e da pessoa Presidente de Câmara, por isso evita as frases feitas, por uma questão de respeito e ética para com as pessoas que lêem o facebook. No entanto, como ele, também os eleitos do PSD naturalmente têm as suas façanhas no facebook e as suas publicações e as pessoas particularmente têm e os Vereadores também têm, é uma opção que nós temos, e temos que nos respeitar uns aos outros por essa opção, portanto, quando colocou a informação sobre a situação, deu um despacho, não o tornou público por uma questão de respeito aos nomes das pessoas, por um dever que temos de manter sigilo sobre os nomes das pessoas, deu uma informação sobre a situação geral porque havia comentários na nossa sociedade que já queriam chacinar, matar todos os funcionários da Câmara porque eram todos corruptos e a tentativa que teve naquela intenção, foi precisamente parar um pouco os comentários, dizendo calma que nós sabemos e alguma coisa está a ser feita, e o que está a ser feito é isto. Depois o que vier a seguir depende do processo de inquérito, não sabe o que vai vir a seguir. Se a Senhora lesada já fez queixa no Ministério Público, se chegar a nós essa informação nem precisamos nada mais, agimos em conformidade, se não o fizer temos que esperar se o processo de inquérito resulta em apuramento de factos que permitam avançar ou não. -----

Tem que pedir às colaboradoras da Ação Social que tenham um bocadinho de calma, vão ser neste momento acusadas pelas pessoas, pelo menos em termos de pensamento que não sabem se podem confiar ou não, no entanto eu confio em todas elas que estão ali presentes, elas sabem-se defender, mas só confio em todas elas enquanto merecedoras da confiança nossa, vossa, do público, porque o trabalho que têm feito até agora em termos de histórico em nada mostra aquilo que uma colaboradora eventualmente fez. Se o fez sou o primeiro a penalizar, porque não tolero nem tolerarei situações destas que coloquem em risco, que muito bem disse, a imagem, a idoneidade a credibilidade da Câmara Municipal. -----

Por enquanto nada mais pode dizer sobre o assunto, só lhe diz que a escolha que fez, para terminar, dessa suposta pessoa que você diz que foi premiada é uma escolha de teor político, sendo que se houve algum problema a pessoa pagou em Tribunal esse problema e de facto se dentro da Câmara não foi reconhecido esse problema ele muito menos o reconheceria, porque confia até prova em contrário, já não vai dizer “meto as mãos no fogo”, nunca mais dirá essa frase. -----

É isto que está em causa e é uma questão de confiar com quem trabalhamos, confiarmos nas pessoas que estão à nossa volta, nós temos na Câmara Municipal 220 colaboradores, desconfiamos de todos e confiamos em todos, mas o mais que temos é confiar em todos porque senão não conseguiríamos trabalhar com ninguém e é impossível com os documentos que lhe chegam à mão sejam lidos na íntegra um por um de todos os colaboradores. Há uma base de confiança nos colaboradores, nas chefias, na hierarquia antes de chegar a si. -----

Pensa que pode dar este assunto por encerrado, por agora não há parcialidade nem imparcialidade, estes são os factos que lhe acabou de dizer. -----

Sobre o deputado José Romba também pensa que não tenha nada para si, de momento, têm as questões escritas que os senhores vereadores responderão à posteriori. -----

Fernanda Caetano muito obrigado pelos elogios que faz à Câmara. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA VIGORAR NO ANO DE 2020: -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** referiu que relativamente a este documento certamente que os Senhores Deputados Municipais tiveram ocasião de o apreciar e analisar e sobre ele formular um juízo de valor, que certamente não deixarão aqui hoje de debater e argumentar, com a elevação que lhes é devida. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara se quer prestar algum esclarecimento inicial, antes das eventuais intervenções dos Senhores Deputados. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que aquilo que irá dizer pouco servirá de argumento de base política, mas sim uma informação aos Senhores Deputados. ----

Antes de falar dos documentos quer fazer um agradecimento público também ao contributo dos Técnicos da Contabilidade, dos Técnicos do Gabinete Financeiro e também naturalmente à Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, pela preparação destes documentos que são sempre de carater muito contabilístico, muito minucioso e eventualmente requerem a concentração e requerem até mais pessoal que nós no Gabinete de Planeamento e Gestão não temos. Precisamos de mais um Técnico e está concurso aberto para o efeito. Portanto o seu agradecimento e em especial também a todos os colaboradores que permitem todos os anos efetuar os trabalhos, realizá-los, concretizá-los, para que depois no ano seguinte possamos ter uma melhor certeza e uma melhor aferição dos valores a passar de um ano para o outro.

Os documentos que aqui estão espelham naturalmente as intenções do executivo, o orçamento não é estático, é um orçamento de cerca de 19 milhões e meio de euros, onde se refletem um empréstimo do ano passado para obras que já estão em curso mas que se reflete na íntegra aqui. Reflete-se também valores significativos de Apoios Financeiros aprovados no último ano e reflete naturalmente o nosso próprio orçamento já com os valores da nova competência da Educação que vamos ter a

partir do dia 1 de janeiro a cem por cento. Além do FEF e de todos os outros valores. -----

É um orçamento real, todos os números que estão neste orçamento em termos de receita podem ser comprovados por V. Exas., caso queiram com prova documental, portanto não há valores fictícios, não há empolamento de orçamento, falamos de números reais para ser mais concreto. -----

O orçamento não é estático, tanto que se surgirem mais Apoios Comunitários aprovados, temos cerca de 6 candidaturas em espera, se vierem no decorrer do ano de 2020 serão aplicados no orçamento, se não vierem não serão. Se as rubricas têm pouco dinheiro agora e precisarmos de alterar alteramos, faremos quantas alterações forem necessárias, porque é assim, é por isso que estamos cá todos os dias, a ver as necessidades e sempre que há necessidade de alterar, de mudar, de ajustar, estamos cá, desde que não coloquemos em causa a nossa função de responsabilidade dentro da chefia e dentro dos números com que nos comprometemos. -----

Quis chamar a especial atenção dos Senhores Deputados para dois ou três pontos, dizer-lhes que a despesa é meramente especulativa, como sabem a despesa não é vinculativa, porque não sabemos o que é que pode surgir. Temos uma estimativa e especulamos que seja assim, no entanto, no decorrer do dia-a-dia ela vai-se ajustando e só até ao dia 31 de dezembro de 2020 é que saberemos se ela respeita na íntegra ou não. O orçamento como já referiu é de 19.397 mil euros, números redondos, é um orçamento que tem na sua receita cerca de 62 % de natureza corrente e cerca de 37% natureza capital, é um orçamento um bocadinho diferente do que estamos habituados. Vamos tentando ajustar o capital com a corrente o mais possível, claro que temos compromissos de natureza corrente que não podemos abdicar deles. -----

Naquilo que respeita à despesa, temos uma despesa de cerca de 59,60%, mais ou menos, em corrente e 40% em capital. Ter uma despesa de 40% em capital e só deixa uma mensagem que é, “quem nos dera se tivéssemos a capacidade total de executar estes cerca de 7.800 mil euros”, era bom que conseguíssemos, que era um bom investimento, no entanto ela está cá, os planos existem e tudo faram para os aplicar. -----

As Funções Sociais representam 29,23% do nosso orçamento, as Funções Económicas representam 14% do nosso orçamento e as Funções Gerais representam cerca de 7%, com cerca de 3% representando o restante. -----

No contexto de GOP temos a Educação, que soma mais ou menos 600 mil euros, temos a Saúde com um valor de cerca de 90 mil euros, temos a Segurança e a Ação Social com um valor de cerca de 560 mil euros, aqui estão os 600 mil euros que se falava há bocadinho, mais dez menos dez, a Habitação e os Serviços Coletivos que soma cerca de 2 milhões e 400 mil euros e depois os Serviços Culturais, Recreativos, Religiosos e Apoios ao Associativismo que representam cerca de 1 milhão e 900 mil euros. -----

ATA N.º 13 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019
QUADRIÉNIO 2017-2021

As despesas de capital perfazem cerca de 7 milhões e 850 mil euros para este orçamento o que constitui naturalmente uma aposta e uma vontade muito grande de investir e de fazer, teremos que trabalhar muito para o concretizar. Falta de vontade não existe, existem sim outras razões e às vezes não se consegue colocar em prática. -----

Em relação às despesas para 2020 prevê-se uma despesa maior em relação a 2019 no pessoal, temos mais contratações para fazer, houve alterações remuneratórias, há mais alterações para fazer no início de 2020, o ordenado mínimo também como sabem vai subir, portanto há aqui uma série de condicionantes que felizmente vão aumentar o orçamento em despesa corrente. E diz felizmente porque acha que se as pessoas ganharem mais também produzem mais, tem uma melhor qualidade de vida e contribuem de uma maneira muito melhor para a nossa sociedade. -----

Algumas obras que estão praticamente a iniciar, a criação de um refeitório, uma sala polivalente na EB1 para ter uma melhor qualidade de serviço aos alunos nas refeições e naquilo que são as atividades lúdicas sem ser no exterior; -----

No Rosário temos um projeto também quase pronto com o mesmo objetivo; -----

Temos também o Loteamento do Mártir e Santo, entrou hoje o projeto de execução, falta agora ser aprovado em Câmara para que tenha lugar para existir; --

A creche é também um projeto que está a ser preparado e dentro do início do ano que vem teremos esse projeto pronto; -----

Temos também um projeto a planear para um sítio dentro da Escola Primária da Aldeia de São Barnabé, onde vamos criar uma nova extensão do centro de saúde, porque o que existe em São Barnabé não serve; -----

Temos o projeto em Gomes Aires do Centro de Demências aprovado esta semana pela Segurança Social, resta agora mais algum tempo para que o mesmo tenha lugar e se consiga concretizar; -----

Requalificação Urbanística da Rua de Beja está ligeiramente atrasado, é um projeto que é focado no nosso orçamento mas que não o prevemos antes do final do ano, em termos de projeto final; -----

A Requalificação da Entrada Norte está pronta para começar; -----

O Loteamento do Rosário, temos o projeto de arquitetura pronto faltam as especialidades; -----

A intervenção no Cemitério de Almodôvar, o projeto está pronto, faltam umas alterações ao nível dos gavetões; -----

A ETAR de Gomes Aires e a ETAR da Semblana, temos também os projetos prontos, estamos agora em negociações com as Águas do Alentejo e com a APA, mas já constam do nosso orçamento; -----

A rede de águas e esgotos ao Parque de Caravanismo para que o parque possa abrir o quanto antes, está também aí; -----

As Obras de remodelação no Gimnodesportivo, também estão no orçamento; -----

A Requalificação do Campo das Eiras, na próxima reunião de Câmara se tudo correr bem será apresentado para aprovação do projeto; -----

A beneficiação do Museu em Santa Clara e beneficiação do MESA; -----
O terminar todos os Parques Infantis do concelho com novos pavimentos; -----
Um Pavilhão Multiusos que queremos instalar em São Barnabé para evitar todos os anos de pagar mais pelas tendas;-----

A Requalificação Urbanística da Corte Zorrinho, o projeto também está praticamente pronto para apresentar em reunião de Câmara;-----

A beneficiação da ligação entre o Dogueno, Santa Cruz e Ribeira, é um projeto que vai ser apresentado muito em breve também à Câmara, assim como o da Estrada que liga a 393 à Corte Zorrinho em direção à Aldeia dos Fernandes.-----

Estes são os projetos mais significativos que encontram no nosso orçamento. Como já disse e volta a frisar são especulativos em termos de valor, são valores estimados, nem todas as rubricas estão dotadas suficientemente para fazer face às despesas inerentes a cada um destes projetos, no entanto e como sabem, em abril existe a aplicação de saldo de gerência e independentemente disso à medida que os projetos vão terminando vai libertando dinheiro. Desses projetos nós temos cerca de 3 milhões a decorrer em obra e tudo isso junto vai permitir também alterações significativas ao orçamento no decorrer do ano 2020, tal como tem sido noutros anos anteriores com este e com outros executivos, quando há dinheiro aplica-se, quando não há muda-se de rubricas, que é assim que é a situação normal. -----

Espera ter sido esclarecedor e está disponível para qualquer questão. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Ana Guerreiro e Luís Martins. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Ana Guerreiro**, que proferiu o seguinte: -----

Em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, estivemos a analisar os documentos e na análise que fizemos desta proposta dos documentos provisionais para 2020 não podemos dissociar dos que foram os documentos aprovados em 2019 e da posição que então tomamos sobre os mesmos. -----

Na altura afirmamos que o orçamento continha números claramente exagerados, e verifica-se neste momento o mesmo, e que a Câmara não tinha capacidade de executar esse orçamento em mínimos que pudessem ser considerados razoáveis.-----

Esse orçamento estava claramente empolado e padecendo dos mesmos males dos anteriores, neste caso ainda mais agravados visto os números ainda serem maiores. Muita despesa corrente, e continua a aumentar, e propunha-se que também fossem executados alguns investimentos com uma dimensão superior ao que se vinha a verificar em anos anteriores.-----

Questionamos se essa situação iria efetivamente acontecer, nós achávamos que não, mas o Presidente afirmou que se os investimentos estavam nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento eram para ser realizadas no tempo programado.-----

Ainda na última Assembleia Municipal de setembro tornou a afirmar o mesmo.---

Agora na posse da informação financeira de 31 de Outubro, passados 10 meses de execução, constatamos que da execução prevista de cerca de 20 milhões de

euros apenas se realizou 10 milhões. O mês de novembro está quase passado e não notamos nada de especial neste ponto, pelo que ou vai acontecer algo de extraordinário no mês de dezembro e cumprimos as metas propostas ou então estamos perante uma situação de falsas promessas e de expectativas frustradas.-----

Como acreditamos mais na última situação, vamos assistir a mais um orçamento com volume enorme de despesa corrente e um investimento diminuto, utilizando esta adjetivação para sermos um pouco simpáticos, porque estamos quase sempre a utilizar um investimento miserável. -----

Vem agora a maioria apresentar para 2020 os documentos provisionais exatamente iguais aos de 2019, ou seja, quer que nós aprovemos mais do mesmo. A nossa posição é a mesma do nosso Vereador no Executivo Municipal, temos a total disponibilidade para trabalharmos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento reduzindo as despesas correntes entre 15 a 20 % e canalizando esses montantes financeiros para bens de investimentos em diversas áreas que nós achamos que Almodôvar necessita, nomeadamente, nas políticas de recuperação do parque habitacional degradado e o nosso Vereador já fez a apresentação dum projeto em reunião de Câmara, que não foi aprovado, medidas de apoio à dinamização económica do concelho, com especial atenção para o tecido empresarial e para os investimentos que potenciem o seu desenvolvimento, achamos também ser bastante importante. A construção prioritária de equipamentos na área da educação e na área social, ainda bem que vamos ter já o desenvolvimento da creche e também do centro de demências em Gomes Aires, pois estamos há 6 anos à espera do Centro de Dia em Gomes Aires que não está ainda disponível para a população, queremos que estas áreas e estes equipamentos sejam desenvolvidos e correspondam às necessidades presentes e com sustentabilidade futura. Também é importante investimento de requalificação urbana que melhorem a qualidade de vida dos almodovarenses, com grande cuidado nas intervenções a realizar, tendo sempre como objetivo ter um concelho moderno, arrojado e atrativo com respostas positivas para os munícipes. -----

A este nível, podemos falar na parte das ruas que estão muito degradadas, é necessário uma manutenção urgente nas Ruas de Almodôvar e agora com as chuvas é um buraco pegado.-----

Investimentos também nas políticas ambientais, nós sabemos e, se fazem também a análise dos documentos, existem coimas que estão a ser pagas pelo município devido a situações ambientais inapropriadas e nós achamos que a política ambiental deve ser considerada e deve ser de extrema importância para todos nós e para o nosso futuro. -----

Estas são algumas áreas que consideramos prioritárias para a ação do município, manifestando a nossa total disponibilidade para que em cada uma delas apontarmos os projetos concretos a desenvolver e colaborar com o seu desenvolvimento. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Luís Martins**, que referiu que o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano são por definição documentos provisionais, que refletem as linhas gerais de orientação estratégica que o executivo

municipal tem para o desenvolvimento do concelho e que, nessa ótica, podemos considerar que o Orçamento para 2020 segue uma linha de continuidade que vem de acordo com aquelas que têm sido as Grandes Opções estratégicas de intervenção do município ao longo deste mandato. -----

Da análise ao presente Orçamento e Grandes Opções do Plano verificamos que existe a intenção de continuar uma política de responsabilidade social no apoio às famílias, ao emprego e à educação, dando seguimento a uma série de medidas importantes com vista à promoção da melhoria da qualidade de vida dos munícipes e no combate às desigualdades. -----

Verificamos que o município continuará a ter uma presença forte na aplicação de medidas e apoios sociais nas áreas da saúde e educação, na promoção do envelhecimento ativo, na promoção da formação ao longo da vida e na promoção do emprego apoiado. Da mesma forma, é possível aferir que existe da parte deste executivo, neste orçamento, uma estratégia com vista à melhoria da prestação do serviço público, assente num plano de valorização e melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores do município e da admissão de pessoal, por forma a dar resposta ao desenvolvimento das atividades do município e do investimento na modernização administrativa e do atendimento ao público. -----

Igualmente está explanado neste Orçamento e nestas Opções do Plano que o Município continuará uma política de investimento em obras públicas, assente numa estratégia de coesão territorial, que visam reforçar a qualidade de vida das populações e tornar o território mais atrativo do ponto de vista social e económico. -----

Nesse sentido, verificamos com agrado o compromisso da realização de diversos investimentos que consideramos importantes com vista à valorização do território, à promoção do desenvolvimento económico, à fixação dos jovens e à melhoria da qualidade de vida dos almodovarenses, nomeadamente, através dos seguintes investimentos, alguns deles já inumerados pelo Sr. Presidente da Câmara, mas que irá aqui também referir, sob pena dele poder não ter dito alguns dos que considera importantes. -----

Desde logo e à cabeça a construção de uma creche municipal que está incluída num projeto de loteamento, que irá proporcionar ao município disponibilização a custos controlados de mais um número considerável de lotes para habitação jovem, que dessa forma irá contribuir para a fixação de jovens no nosso concelho. -----

Referir também a requalificação da ETAR da Semblana e da Graça dos Padrões, que é uma medida que irá resolver um problema ambiental naquele território da União de Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões. -----

Referir também aqui, e já está em execução, mas que irá terminar no próximo ano, assim o esperamos também, a intervenção urbanística na Estrada Nacional 2 do Rosário, a requalificação urbanística no Bairro da Misericórdia e outras que irão ter início, a requalificação do Campo das Eiras, a requalificação do acesso ao Complexo Desportivo, a implementação do Centro de BTT, assim como a conclusão do Parque de Caravanismo.-----

Referir também a importância de se continuar a investir nos projetos de eficiência energética, alargando a outras localidades do concelho, a substituição de iluminação pública por luminárias mais eficientes, nomeadamente leds. -----

Referir também ainda, mais duas obras que há muito são aguardadas pela população destas freguesias. Refere-se à requalificação urbanística na Corte Zorrinho e à requalificação da Estrada Municipal 506 que liga a Estrada Nacional 2 a Santa Cruz e ao limite da freguesia de São Pedro de Solis e por último o investimento que pela sua envergadura, pela sua dimensão económica, será por ventura o mais complexo, o mais exigente mas também dos mais importantes para o concelho, que será a construção da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires, os quais continuamos com elevadas expectativas que seja desenvolvido, para que este investimento e este projeto possa ser efetivamente uma mais-valia para a atração de empresas para o nosso concelho. -----

Por fim referir que ao nível da cultura, do desporto e da promoção turística do concelho continue a haver uma estratégia de divulgação dos produtos endógenos do património museológico e cultural e da gastronomia local, assente na realização de um conjunto de eventos e certames diversificados que continuaram a atrair visitantes ao nosso concelho e dessa forma a dinamizar a economia local, quer seja através da promoção da produção local quer seja através da atividade turística. -----

Por tudo o atrás mencionado, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2020 refletem em parte significativa a visão estratégica que o Partido Socialista apresentou ao eleitorado nas Autárquicas de 2017, pelo que merecerão a nossa concordância e o voto favorável. -

O Presidente da Câmara quis aclarar um ponto que lhe parece importante ser mencionado. -----

Os Senhores eleitos pelo PSD deixaram aqui uma sugestão que não pode criticar, não há nenhum Gestor numa Câmara ou numa Entidade que não queira reduzir despesas. Reduzir despesas, fazer mais com menos, toda a gente quer, no entanto, nós não temos muitas hipóteses de o fazer. As despesas estão feitas e calculadas com base naquilo que é a realidade, ou que foi a realidade de 2018 e que está a ser a realidade de 2019. Para reduzir despesas teríamos que reduzir ou vencimentos, ou funcionários, ou reduzir na Área Social, pois só assim é que conseguiríamos reduzir 15% a 20% das despesas. -----

A sugestão parece-lhe uma afirmação lúcida sob o ponto de vista político, mas irreal sob o ponto de vista técnico. Eventualmente se estivesse na oposição diria precisamente o mesmo, deixem-me ir para a Câmara que eu reduzo despesas, faço mais com menos, mas o problema não é esse, nós não gastamos porque queremos gastar. Se reduzir 20%, onde é que iríamos tirar 600 mil euros em Ação Social? Do pagamento aos medicamentos? Do apoio aos seniores? Do pagamento aos jovens? Onde é que se vai tirar 120 mil euros depois de se terem criado estes apoios? Em 2013 quando tomamos posse, a Ação Social tinha 270 mil euros de investimento, no ano de 2018 terminámos com 654 mil euros. As pessoas estão em primeiro lugar, e isto foi feito no Cartão “Almodôvar Solidário”, nas Obras de

ATA N.º 13 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019
QUADRIÉNIO 2017-2021

Habitações de Agregados Familiares mais Desfavorecidos, no apoio às instituições de âmbito social, nas medidas de apoio de solidariedade, nos apoios do Fundo de Emergência Social, no Incentivo à Natalidade, na aquisição de material escolar, no subsídio a alunos, nas bolsas de estudo, no transporte para as universidades, nas ocupações de jovens para ganho de experiência curricular, no apoio ao Empreendedorismo, nos pagamentos da Teleassistência Domiciliária, nas iniciativas do Natal no concelho para promover o comércio local, nos “seniores em movimento”, nos batismos de voo com os nossos jovens, no Emprego apoiado a Desempregados de Longa Duração. Estamos a falar numa despesa que em 2019 já vai em 527 mil euros, como é que se pode reduzir 20%? Quem é que vai ficar prejudicado depois de lhes termos dado e conseguido orçamento para isto? A quem é que vamos tirar?

Espera que nunca aconteça, mas se eventualmente a Câmara algum dia estiver na posse dos eleitos do PSD, nesse momento espera ver, quem é que vai ficar prejudicado na sociedade. -----

Há outra coisa muito importante, os nossos vencimentos estão em 4 milhões e meio de euros, porque são de pessoas que nós precisamos, aliás precisamos de mais, para reduzir as horas extras e para ter mais capacidade de trabalho nas ruas.

Os empregados andaram a lutar anos e anos para conseguir os apoios e as mais-valias que têm hoje, como é que nós reduzimos de 4 milhões e meio, 900 mil euros? Só se “descontratarmos” ou contratarmos pessoas com menos qualidade, ou só Assistentes Operacionais em vez de Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores. -----

Portanto, sob o ponto de vista político diria o mesmo, mas sob o ponto de vista técnico onde é que podemos reduzir 20%? -----

No consumo de papel, nas despesas em festas? As festas que fazemos, grande parte delas são feitas pelas Juntas de Freguesia. Temos de fato no concelho, 200 a 300 mil euros aplicados em festas, mas as festas são métodos de promover Almodôvar, a sua cultura, os seus produtos, são campanhas de marketing para o concelho de Almodôvar e quando as deixarmos de fazer, deixamos de ter o reconhecimento nacional e internacional dos nossos produtos, do nosso bem receber, da nossa qualidade de vida e do nosso concelho porque estamos situados geograficamente num ponto menos favorável, por isso apostamos na divulgação que já se faz há 15 ou 20 anos, tiramos uns eventos e colocamos outros. -----

Nós não temos como reduzir 15 a 20% das despesas. Temos sim como conter as despesas e fazemo-lo todos os dias, umas vezes gastamos mais, outras menos mas tirar 20% deste orçamento de despesa é algo que tecnicamente é irreal. -----

Espera que os Senhores eleitos nunca tenham oportunidade de aplicar esta metodologia porque, eventualmente, iriam prejudicar em muito o povo de Almodôvar.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA VIGORAR NO ANO DE 2020**, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS), 4 votos contra (PSD), **deliberado** o seguinte: -----

Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano 2020, cujos documentos fazem parte do livro anexo à presente ata, e ficam arquivados na Câmara Municipal. -----

C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL PARA VIGORAR NO ANO DE 2020; -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** referiu que como é referido na página 2 deste documento que tiveram ocasião de receber, este Mapa “*resulta de um diagnóstico das necessidades verificadas nos diferentes serviços e unidades orgânicas e pela primeira vez passa a integrar todos os postos de trabalho respeitantes ao pessoal não docente em funções no Agrupamento Escolas de Almodôvar, por força da aceitação por parte do Município da transferência de competências no domínio da educação.*” -----

Posto isto, perguntou ao Presidente da Câmara se queria prestar alguns esclarecimentos antes de iniciarem o debate deste ponto da ordem de trabalhos. ---

O **Presidente da Câmara** iniciou por dizer que antes de mais convém que se diga que este Mapa de Pessoal foi dos melhores documentos que foram apresentados em reuniões até hoje. Está extremamente bem preparado, extremamente claro, translúcido como a água, pelo que nem precisa da sua explicação porque qualquer um dos deputados consegue interpretá-lo. -----

Prosseguindo, referiu que temos 46 lugares abertos no Mapa de Pessoal. O pessoal que nós precisamos não é só para aumentar o quadro de pessoal. Todos os anos estamos a perder colaboradores, pelo que temos menos pessoas e mais trabalho. O nosso povo é cada vez mais exigente, aliás, daqui a pouco tempo se alguém ver uma beata de cigarro na rua vai reclamar junto da Câmara porque já não é aceitável, porque a legislação assim o exige. No outono, folhas de árvore na rua era comum, hoje é crítica, vê-se permanentemente fotos de facebook com o comentário “a rua está um nojo”, são folhas de árvore, elas caem todos os dias a varredora passa e a seguir está sujo. Era normal há uns anos, hoje já não é, e nós temos que seguir estas tendências e dar resposta à comunidade, portanto precisamos de mais pessoas. -----

Só para terem noção, em 2016 saíram 5 pessoas do quadro da Câmara, em 2017 saíram 7, em 2018 saíram 26 pessoas e em 2019 já saíram 21 pessoas, umas que infelizmente faleceram, outras que se reformaram. No dia 1 de janeiro vão sair mais 1 ou 2, salvo o erro, pessoas que pediram mobilidade porque têm a sua vida noutros concelhos e esperaram a oportunidade, portanto para além da necessidade que temos, há também a necessidade de preencher as vagas que vão ficando de ano para ano. Se olharem ao quadro das nossas idades, no relatório, verificam que cada vez mais vamos tendo um quadro mais jovem porque vão entrando e saindo pessoas. -----

Temos na Câmara pessoas que entraram há 30 e tal, 40 anos, principalmente aquelas que são de trabalho de rua, os operacionais, portanto temos necessidade, de abrir concursos e colocar para preenchimento de todas as vagas, não sabe se

conseguirão, mas sabe que está acautelado se hoje aprovarem o Mapa de Pessoal tendo em conta que já aprovaram o Orçamento. Está acautelado no Orçamento o pagamento integral para essas vagas que estamos a pedir, portanto não teremos qualquer problema de colocar as 46 pessoas, desde que as mesmas estejam contempladas no orçamento. Daí que o orçamento pode parecer um bocadinho mais empolado em termos de despesa com pessoal, superior aquilo que é a realidade, talvez não consigamos colocar estas pessoas todas, mas o valor está lá assegurado, porque estão a aprovar um documento que está fundamentado pela realidade.-----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

Não se tendo registado pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação o **MAPA DE PESSOAL do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2020, e respetivos anexos**, elaborado nos termos do disposto no artigo 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhados da **Proposta n.º 149/PRESIDENTE/2019**, que foram **aprovados por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD).-----

C.3 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA REFERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CÂMARA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA), ALTERADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO E NO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA PELO DECRETO-LEI N.º 99/2015, DE 2 DE JUNHO:-----

O **Presidente da Assembleia** referiu que este ponto já é habitual vir à Assembleia, já o conhecem. Com esta aprovação podem simplificar e tornar mais célere o desempenho do Executivo Camarário. A Lei determina que a Câmara solicite à Assembleia Municipal autorização para assumir compromissos plurianuais com determinadas características, devidamente justificadas e descritas na Proposta apresentada e com o compromisso e obrigatoriedade da Câmara apresentar informação à Assembleia dos Compromissos Plurianuais Assumidos neste âmbito.-----

Neste sentido, o Presidente da Assembleia perguntou ao Presidente da Câmara se queria fazer algum esclarecimento adicional sobre esta matéria, tendo o **Presidente da Câmara** respondido que não, colocando-se ao dispor para esclarecer qualquer dúvida que surgisse sobre a matéria.-----

Estando a Assembleia elucidada e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta n.º 152/PRESIDENTE/2019**, de 05 de novembro de 2019, referente à **Assunção de Compromissos Plurianuais – Delegação de Competências na Câmara**, que foi **aprovada por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD).-----

C.4 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e referiu que de acordo com o descrito na Informação n.º 67/GAF da Câmara Municipal, este documento esteve em consulta pública tal como determina a lei, mas não foram apresentadas quaisquer sugestões de alteração pelo público. -----

Pedi ao Presidente da Câmara que prestasse mais alguns esclarecimentos. -----

O **Presidente da Câmara** usando da palavra, começou por dizer que há dois anos, pela primeira vez, na Câmara de Almodôvar, lançaram um projeto de apoio ao Empreendedorismo. É de apoio ao empreendedorismo privado, mais direcionado aos pequenos investimentos. -----

Depois do Regulamento estar em curso apoiaram, até ao momento, cerca de 10 projetos com um valor na ordem dos 140 a 150 mil euros de aprovação total. No ano de 2018 e no início de 2019, tiveram de cancelar o Regulamento, porque houve um pequeno problema de interpretação desse Regulamento e acharam que o projeto teria de ser parado para colmatar essa pequena falha de esclarecimento que estava no Regulamento. -----

Aproveitaram então para fazer umas pequenas alterações e ajustes para melhorar o programa e assim fizeram alterações ao Regulamento que vão permitir um maior financiamento numas áreas e vai retirar o financiamento de outras. Basicamente permite mais financiamento fora da vila de Almodôvar, ou seja, financiamento também nas Aldeias. Permite um financiamento maior de apoio ao vencimento, o outro era mais reduzido, este permite ir até 200 euros por mês durante um ano, permite um apoio maior na aquisição de equipamentos e retira o apoio total na construção, ou seja, tudo o que é obra física sai. -----

Interpretamos que não deveríamos estar a financiar uma obra, um espaço, que depois seria vendido ou arrendado, utilizando os fundos de dinheiro público para essa melhoria, pois essa melhoria deve ser sim do proprietário ou arrendatário, mas o equipamento pode ir sempre com a pessoa, achamos que seria o melhor. -----

Também mudaram uma situação que parecia pouco clara que era a decisão. A decisão de aprovar, ou não, estava somente num elemento do Gabinete e depois do Executivo. A nova versão vai ter um júri, ou seja, já é uma versão que tem mais transparência em termos de decisão pois já não é a opinião somente de um Técnico mas de 3 ou 4 pessoas de áreas diversas, desde a área do Empreendedorismo Privado à área do Associativismo, à Área Municipal, permite que seja analisado, que sejamos mais criteriosos na decisão que tomamos. -----

Este Regulamento é aprovado, e convém dizer isto, com efeitos retroativos ao último dia em que o outro esteve em vigor. Nós nunca deixamos de dizer isto às pessoas, elas vão investindo, vão melhorando o concelho de Almodôvar, vão participando na nossa micro economia, e quando aprovarmos o Regulamento ele terá efeitos retroativos à data em que o outro terminou, pensamos assim que não estamos a prejudicar ninguém e estamos a fazer melhorias. -----

Houve de fato algumas sugestões especialmente da parte da Vereação do PSD na nossa Câmara, umas aceitamos outras não, mas de fato não houve qualquer sugestão do público para a melhoria deste Regulamento. Não sei se será bom ou

mau, mas ele cá está e espero que venha agora ao encontro das necessidades dos nossos pequenos ou mais baixos empreendedores e que esses empreendimentos que aprovamos agora, no futuro possam trazer grandes mais-valias ao concelho. -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 abstenções (PSD), **deliberado aprovar a Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Empreendedorismo**. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

A deputada Ana Guerreiro, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto: -----

A bancada do PSD após análise das alterações propostas ao Regulamento do empreendedorismo não pôde deixar de identificar ainda algumas lacunas que continuam sem ser suprimidas neste documento agora trazido a esta Assembleia e que o tornam bastante confuso aos olhos daqueles que eventualmente podem vir a beneficiar do mesmo, falamos em ninhos em incubadoras. -----

Estariamos perante uma excelente oportunidade de aprender com os erros do passado e melhorar significativamente esta medida, para que a mesma se tornasse de facto num incentivo ao investimento no nosso concelho, mas continuamos a assistir a uma medida envergonhada e desequilibrada que vai acabar por continuar a privilegiar apenas alguns e que não se torna decisiva numa hora de escolha entre o investimento ou não no concelho de Almodôvar. -----

Recordamos ainda que o nosso Vereador António Sebastião apresentou um conjunto de propostas que poderiam melhorar substancialmente a amplitude e o impacto desta medida e que as mais importantes foram negadas pelo PS. -----

Pelo exposto, não podemos votar favoravelmente este Regulamento. -----

C.5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVA À NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e recordou que no início da sessão teve ocasião de dizer quais foram as razões deste aditamento e pediu ao Presidente da Câmara que prestasse mais alguns esclarecimentos. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que tem de colocar aqui a sua “*mea culpa*” por este processo ter vindo como aditamento e até tiveram de fazer uma reunião extraordinária. -----

Regra geral, nós propomos à Assembleia uma decisão já tomada para ser aqui aprovada em termos de despesa, especialmente quando a mesma é plurianual, mas neste caso do ROC a Assembleia tem que nos autorizar a contratar. -----

Não nos apercebemos logo no momento, então deixamos passar as datas e se não for aprovado hoje só poderá ser na próxima assembleia de fevereiro e assim a Câmara

ficará 2 meses sem Revisor Oficial de Contas, em incumprimento legal para a Assembleia, o órgão competente para contratar. Portanto o que fizemos foi trazer este documento com urgência de maneira que a assembleia possa aprovar e que a Câmara possa a seguir contratar.-----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta N.º 165/PRESIDENTE/2019, que tem em vista a autorização da nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas, pelo período de 24 meses, convidando para o efeito a empresa Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., titular do cartão de pessoa coletiva n.º 501 266 259, com vista à aquisição do serviço em apreço, nos termos da Lei, a qual foi aprovada, por unanimidade, com 21 votos a favor (PS/PSD). -----

C.6 - CONHECIMENTO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA VIGORAR NO ANO ECONÓMICO DE 2020: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e referiu que é de simples compreensão e tal como consta na informação, estas taxas deverão ser atualizados anualmente. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** questionou o Presidente da Câmara se pretendia fazer algum esclarecimento. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que como o Presidente da Assembleia já teve oportunidade de referir esta atualização é automática, com a taxa de atualização de INE a 12 meses, que este ano é de 0,5%. Todas as taxas e preços da tabela da Câmara refletem depois esta subida. No fundo, trata-se de informar esta Assembleia que as taxas municipais estão todas atualizadas com base nos 0,5% do Instituto Nacional de Estatística. -----

A **Assembleia tomou conhecimento da atualização da Tabela de Taxas** que deverá acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2020, para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 02.JAN.2020. -----

C.7 - CONHECIMENTO DO PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2019: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e deu de imediato a palavra ao Presidente da Câmara para prestar algumas informações adicionais. -----

Usando a palavra o **Presidente da Câmara** referiu que todo o relatório lhe parece bem, mas há de fato que reconhecer que ainda não conseguimos terminar o trabalho que temos em termos de armazém. -----

As saídas e entradas de armazém ainda não conseguem estar efetivamente a condizer, ou seja, ainda levamos algum tempo até abater aquilo que é o material que os diferentes colaboradores levam e deixam num papelinho para aplicar na obra porque está aberta e só depois de fechar é que se faz o resumo. Temos que

encontrar uma solução e se calhar passará por fazer uma contagem física com maior frequência, porque de fato quando os Revisores vêm as diferenças, elas não são grandes, mas há sempre diferenças. Também percebemos que é complicado que os parafusos todos dêem certo, que tudo dê certo, mas queríamos chegar ao ponto de que tudo desse realmente certo e que quando houvesse uma falha, que não fosse falha de contagem nas existências. Este é um ponto que ainda não conseguimos lá chegar, não obstante o empenho do Vereador e dos Colaboradores, mas o sistema em funcionamento não permite que com celeridade lá cheguemos. -----

Quis também mencionar que aquilo que consta nas observações no ponto 5.1.2 em que o Revisor de Contas menciona que as existências não estão bem calculadas, é normal que isso aconteça, pois o Revisor disse-lhe que isso às vezes acontece porque não colocamos as existências com a classificação correta. Portanto, talvez precisamos aqui de alguma formação para os nossos colaboradores, pois não faltam valores, eles estão é mal colocadas nas diferentes classificações. -----

O Revisor diz também que é preciso um maior rigor nas peças, mas nós no armazém, como vocês sabem, temos centenas de coisas diferentes. Pelo menos um dos colaboradores vai para a reforma agora, conhece as peças pelo nome, mas depois não as sabe colocar no computador e a outra colaboradora é mais jovem, está há pouco tempo e ainda está em aprendizagem. Portanto só temos uma colaboradora com essa capacidade e eficiência, de maneira que isto requer aqui alguma formação e algum tempo, mas lá chegaremos se tudo correr bem. -----

O Ponto 5.1.5.1 tem a ver com uma situação que foi uma pequena falha de contabilidade, ou seja, uma pequena falha por parte do Gabinete de inserção que deveria ter inserido isto logo, mas nós não temos pessoal suficiente, pois só há uma Técnica Superior neste Gabinete e nem sempre consegue dar resposta a todas as solicitações de documentação dos Ministérios e de Tribunal de Contas e Tribunal Constitucional, pelo que houve aqui um lapso temporal na inserção destes dados. ---

Por fim, nos Pontos o 5.3.4 e 5.3.5 ambos se referem basicamente aquilo que temos andado a batalhar, que são as variações que o município não imputa no sistema, ou seja, os materiais aumentam ou descem de preço e nós não vamos ao sistema atualizá-los. O valor de existências muitas vezes não bate certo com o valor de stock, pois compramos a um valor e quando nos apercebemos ele tem desvalorizado ou tem aumentado, isto também acontece de vez em quando, segundo a opinião do Revisor de Contas. Não é nada de preocupante, mas para nós é uma menção que aqui está e deve ser assumida como falha. -----

Depois há aqui um pormenor técnico de acumulação de funções, pois como disse, a pessoa do Gabinete tem excessivamente muito trabalho e esperamos que isso se ultrapasse, quando outra pessoa possa ser lá colocada. A culpa é minha e não é de ninguém em especial, mas de fato não temos resposta suficiente e todos os documentos têm de ser lançados atempadamente. Às vezes há um ou outro que falha, desta vez e pela primeira vez, falharam na inserção dos proveitos diferidos, não conseguimos a tempo inseri-los e como tal houve um Apoio Comunitário do ALT12 que é o “*Almodôvar Mais Próximo*”. Quando os valores chegaram nós não os

imputamos nessa data, mas fomos imputá-los posteriormente, ou seja, a Câmara tinha, imaginem, 100 mil euros mas devia ter 140 mil, estava lá o dinheiro mas não estava o registo, uma falha nas datas de inserção, nada de grave mas é uma falha.

Foi a primeira vez que aconteceu e espera que não aconteça mais vez nenhuma, o dinheiro não foi tirado, está lá, não desapareceu, simplesmente não estava registado no sítio certo e com a data correta. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço. -----

C.8 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e atentou que este ponto é no âmbito do ponto **C.3**, onde a Assembleia autoriza o Presidente da Câmara a assumir determinados compromissos e ele tem a obrigatoriedade de informar a Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos. -----

Prosseguindo o Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a **deputada Ana Guerreiro** que referiu o seguinte: -----

Da análise que fizemos temos aqui uma dúvida, verificamos na lista dos compromissos plurianuais a contratação de um técnico superior, em modalidade de avença, por um período de um ano, com o valor de 14.417,76 euros para e cito: “Colmatar as necessidades técnicas dos serviços inerentes ao Cineteatro, bem como outras respostas do Município em termos de som e luz em determinados eventos de índole cultural”. -----

Face a esta informação, e para nosso melhor esclarecimento, gostaríamos que nos fosse enviado por escrito qual a programação de atividades do cineteatro, dado que sabemos que trabalham no dito equipamento dois técnicos superiores e era importante percebermos quais as necessidades técnicas que precisam de ser colmatadas, justificando esta contratação. -----

Portanto vamos ter 3 técnicos superiores no Cineteatro-----

Queríamos fazer a pergunta se alguns dos técnicos que estão lá vão ser transferidos para outro serviço? Ou se é realmente um sítio onde há muita atividade e que necessitam de 3 técnicos superiores. Não está em causa e quero que fique aqui bem esclarecido, que não está em causa a qualidade, nem a competência do técnico, apenas queremos o esclarecimento e perceber o que justifica a afetação de três Técnicos Superiores no Cineteatro de Almodôvar. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** começou por dizer que lhe será enviada a informação solicitada com a programação, não obstante a programação estar na sua grande parte na agenda cultural, mas existem outras coisas que não estão lá e que se fazem. -----

O Cineteatro tem afeto em termos de colaboração 3 Técnicos Superiores e 2 Assistentes Operacionais, no entanto nem todos os Técnicos Superiores do Cineteatro são Técnicos de Imagem e Som. Começamos a fazer cinema à sexta, ao sábado e ao domingo, isto requer rotatividade dos técnicos, fim-de-semana sim, fim-de-semana não, e tendo em conta os novos sistemas digitais requer alguém com conhecimentos técnicos para aquele tipo de equipamento e que não estejamos dependentes só de um técnico. Só aqui precisamos de 2 Técnicos de Som e Imagem e por esse motivo específico, sabendo nós que existe uma grande dificuldade destes técnicos e tendo uma pessoa no concelho de Almodôvar com formação específica nesta área e comprovada, a primeira coisa que fizemos foi tentar arranjar maneira de contratar essa pessoa para que nos consiga apoiar, ensinar, aprender e partilhar. -----

Temos 1 Técnica Superior na gestão das atividades culturais do Cineteatro e temos 2 Técnicos Superiores, um faz para além disso, som e imagem nos nossos eventos, dá apoio às Coletividades, às Juntas de Freguesia, faz serviço de fim-de-semana e faz também serviço dentro da Câmara Municipal na preparação de maquetes e trabalhos relacionados com a imagem da Câmara Municipal. O outro Técnico, que é um contratado, assegura o cinema aos fins-de-semana, assegura serviços também aqui na Assembleia Municipal, hoje até cá estão os dois, um para aprender, outro que já sabe e faz também trabalhos relacionados com a imagem do Município fora do âmbito do Cineteatro, para além de assegurar uma parte musical extra Cineteatro. Depois temos 1 outro Assistente Operacional que vai dar o apoio em termos digitais e que trabalha dentro do município na área da criação de imagem e preparação da agenda cultural, o trabalho específico dele é agenda cultural. -----

Este técnico contratado a que se referem no fundo vem substituir um técnico que saiu com mobilidade no princípio do ano para Lisboa. Ele fazia a rotatividade e ficamos com este lugar em falta, não podemos abrir concurso porque a pessoa não tem ainda a mobilidade consolidada, portanto temos que contratar quem está disponível por avença, no entanto ponderamos que no próximo ano possamos abrir concurso para este ou para outro qualquer que consiga chegar às regras concursais.

Mas, só para clarificar, que todos os fins-de-semana temos atividades no Cineteatro e durante a semana trabalha pelo menos duas vezes com o teatro da CERCICOA, que requerem a tarde toda e depois é cedido a coletividades que pedem para projeção de som, para reuniões etc. e tem de estar lá alguém com essa capacidade. É o serviço público que fazemos às Coletividades, de maneira que não é de mais. -----

Aceita a pergunta mas não é demais este técnico que contratamos, porque vem precisamente substituir um que foi embora e temos 1 Assistente Operacional que trabalhava até há pouco tempo, com tudo o que era projeção de cinema e música e hoje em dia já se vê “grego” porque não percebe nada de digital e tem dificuldade em aprender os sistemas digitais. Portanto estamos aqui um bocadinho limitados, pois a pessoa está connosco há muitos anos, mas temos que o desviar precisamente para outros serviços, para que outros possam fazer este, daí esta contratação perfeitamente justificada. -----

Receberá a programação de um modo geral do Cineteatro, há sempre eventos que surgem do nada e que nós apoiamos, mas o planeado vai ser-lhe entregue.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.-----

C.9 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e aclarou que este ponto decorre do Regimento da Assembleia Municipal, em que em cada sessão ordinária o Presidente da Câmara deve remeter ao Presidente da Assembleia uma informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da Situação Financeira do Município.-----

Continuando, questionou o Presidente da Câmara se relativamente ao documento que foi elaborado e entregue aos senhores deputados quereria prestar alguns esclarecimentos, antes de pedir a intervenção dos senhores deputados.-----

O **Presidente da Câmara** colocou-se ao dispor para qualquer dúvida que surja da leitura do documento.-----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido.-----

A Assembleia Municipal apreciou os documentos em apreço.-----

C.10 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.-----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,PSD).-----

O **Presidente da Assembleia** antes de finalizar a sessão referiu que esta sessão da Assembleia Municipal, eventualmente, será a última deste ano civil e não aparecendo nada que os traga de novo a este plenário para alguma sessão extraordinária, resta-lhe desejar aos Senhores Deputados um bom Natal e um bom ano de 2020.-----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **vinte e três horas e quarenta e cinco minutos**, do dia **27 de novembro de 2019**.-----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão.-----

ATA N.º 13 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019
QUADRIÉNIO 2017-2021

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas. -----

E eu, **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----